



DEPUTADO ESTADUAL

ISAAC
RICALDE

65131
O ESTADUAL DO LULA

NOSSAS IDEIAS & COMPROMISSOS

O RIO QUE VAMOS CONSTRUIR



DIRETRIZ GERAL DO MANDATO

Um mandato voltado à construção de um Estado do Rio de Janeiro mais desenvolvido, menos desigual, mais seguro e com serviços públicos fortes, capaz de proteger quem precisa, valorizar quem trabalha e distribuir oportunidades por todo o território.

A atuação terá como pilares a defesa do serviço público, valorização do trabalho e dos servidores, desenvolvimento econômico com distribuição territorial, saúde e educação públicas, inclusão, segurança, mobilidade, sustentabilidade, democracia e garantia de direitos.

O objetivo é contribuir para um Rio de Janeiro que volte a planejar seu futuro, enfrente suas desigualdades e faça o desenvolvimento chegar também aos municípios, bairros e populações que historicamente ficaram à margem dos grandes investimentos do Estado.

    IsaacRicalde |  (21) 97063-2288

Comitê: Coronel Moreira Cesar 1 - Zé Garoto



EDUCAÇÃO PÚBLICA

- Valorização dos professores e de todos os profissionais da educação, com remuneração adequada, carreira estruturada e melhores condições de trabalho.
- Defesa do cumprimento e da valorização permanente do piso do magistério.
- Fortalecimento dos concursos públicos e combate à precarização dos vínculos na rede estadual.
- Investimento permanente na infraestrutura física e tecnológica das escolas.
- Democratização da gestão escolar, com maior participação de professores, funcionários, estudantes, responsáveis e comunidade.
- Defesa de mecanismos democráticos de escolha das direções escolares.
- Mais autonomia e recursos para as escolas, acompanhados de transparência e controle social.
- Fortalecimento da educação inclusiva e da formação continuada dos profissionais.
- Expansão responsável do ensino integral, sem abandonar o fortalecimento da escola regular.
- Valorização da educação profissional e tecnológica e sua integração com as estratégias de desenvolvimento do estado.

SAÚDE PÚBLICA

- Valorização salarial, profissional e das condições de trabalho dos profissionais da saúde.
- Defesa do concurso público e de vínculos estáveis como instrumentos de continuidade e qualidade do atendimento.
- Combate à terceirização indiscriminada, às organizações sociais e à precarização dos serviços públicos de saúde.
- Transparência integral na regulação, permitindo que cada cidadão acompanhe sua posição e o andamento da fila.
- Redução das filas para consultas especializadas, exames, cirurgias e tratamentos.
- Maior integração entre a rede estadual e as redes municipais.
- Ampliação das políticas de prevenção e acompanhamento das doenças crônicas.
- Fornecimento de sensores de monitoramento contínuo de glicose para pessoas com diabetes que tenham indicação clínica, com prioridade para crianças, adolescentes e pacientes mais vulneráveis.
- Fortalecimento da atenção à saúde mental e da rede territorial de atendimento.
- Defesa e fortalecimento do SUS e ampliação da capacidade de atendimento da rede pública estadual.



SERVIDORES PÚBLICOS

- Valorização dos servidores estaduais como parte essencial da garantia de serviços públicos de qualidade.
- Defesa das carreiras, dos concursos públicos e da recomposição dos quadros onde houver déficit de profissionais.
- Garantia de uma política permanente de recomposição salarial, impedindo que os servidores acumulem perdas inflacionárias.
- Defesa de reajustes anuais e da revisão periódica das remunerações.
- Melhoria das condições de trabalho e combate à precarização e à substituição indiscriminada de servidores por vínculos terceirizados.
- Fortalecimento da negociação permanente entre o Estado e as categorias do funcionalismo.
- Defesa da previdência pública e dos direitos de servidores ativos, aposentados e pensionistas.
- Respeito e fortalecimento dos planos de cargos, carreiras e salários.

FAMÍLIAS ATÍPICAS & INCLUSÃO

- Construção de uma política estadual permanente de apoio às mães, pais e famílias atípicas, reconhecendo a sobrecarga de cuidado enfrentada por essas famílias.
- Fortalecimento da escola pública inclusiva, com formação dos profissionais, equipes multidisciplinares, mediadores e estrutura adequada.
- Ampliação e descentralização da rede pública de diagnóstico, reduzindo o tempo de espera e permitindo identificação e acompanhamento o mais cedo possível.
- Expansão da oferta pública de terapias, reabilitação e acompanhamento multidisciplinar, especialmente fora da capital.
- Garantia de continuidade do atendimento, evitando interrupções por falta de vagas ou profissionais.
- Políticas de inclusão produtiva e autonomia econômica para mães atípicas.
- Incentivos às empresas que contratem mães atípicas com jornada reduzida, horários flexíveis ou condições compatíveis com suas responsabilidades de cuidado.
- Ampliação do acolhimento, orientação e suporte às famílias desde o diagnóstico.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Construção de uma política de segurança que combine enfrentamento ao crime organizado, investigação, inteligência e prevenção.
- Valorização dos profissionais da segurança, com remuneração, formação, equipamentos e melhores condições de trabalho.
- Fortalecimento da inteligência policial e da integração entre as forças de segurança.
- Prioridade ao combate às organizações criminosas, às milícias, ao tráfico de armas, à lavagem de dinheiro e às estruturas financeiras do crime.
- Combate ao domínio territorial de grupos armados e garantia efetiva do direito de ir e vir.
- Segurança orientada pela preservação da vida e pela proteção da população, especialmente nos territórios populares.
- Fortalecimento das políticas de prevenção à violência voltadas à juventude.
- Integração da segurança pública com educação, assistência social, cultura, esporte, emprego e urbanização.
- Reforço do enfrentamento à violência contra a mulher, ao feminicídio, ao racismo e aos crimes de ódio.
- Transparência, controle e avaliação da atuação das forças de segurança.
- Uso de tecnologia, informação e planejamento para aumentar a eficiência da política de segurança.

MOBILIDADE E DIREITO À CIDADE

- Defesa da implantação da Linha 3 do Metrô, conectando Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.
- Tratamento da Linha 3 como prioridade estratégica para o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades metropolitanas.
- Construção gradual de uma política estadual de Tarifa Zero no transporte público.
- Busca de novas fontes de financiamento para reduzir a dependência da tarifa paga diretamente pelo passageiro.
- Integração tarifária, física e operacional entre metrô, trens, barcas, ônibus intermunicipais e sistemas municipais.
- Ampliação da qualidade, regularidade, segurança e acessibilidade do transporte público.
- Prioridade para investimentos nas regiões historicamente prejudicadas pela concentração da infraestrutura de mobilidade na capital.
- Transporte público entendido como direito social e instrumento de acesso ao trabalho, educação, saúde, cultura e lazer.

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E DIREITO À CIDADE

- Ampliação da política estadual de habitação de interesse social e produção de moradias para famílias de baixa renda.
- Urbanização de comunidades e bairros populares, levando infraestrutura, saneamento, iluminação, equipamentos públicos e espaços de convivência.
- Fortalecimento das políticas de regularização fundiária e segurança jurídica da posse da moradia.
- Prioridade para famílias que vivem em áreas de risco ou em condições habitacionais precárias.
- Programas permanentes de contenção de encostas, drenagem e prevenção de desastres.
- Integração entre política habitacional, transporte público, emprego e equipamentos urbanos.
- Combate à segregação territorial e defesa do direito de morar com dignidade e acesso à cidade.

MOBILIDADE E DIREITO À CIDADE

- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social e da rede estadual de proteção social.
- Ampliação da integração entre Estado e municípios no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.
- Defesa e expansão de políticas de segurança alimentar e combate à fome.
- Fortalecimento dos restaurantes populares e de outras políticas de acesso à alimentação de qualidade.
- Proteção especial para crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência e população em situação de rua.
- Integração das políticas de assistência com geração de renda, qualificação e inclusão produtiva.
- Defesa de políticas de transferência de renda associadas ao desenvolvimento local e à garantia de direitos.

MOEDA SOCIAL ESTADUAL

- Construção de uma política estadual de moedas sociais articulada com municípios, bancos comunitários e estratégias de desenvolvimento local.
- Utilização da moeda social simultaneamente como instrumento de proteção social e estímulo à economia dos territórios.
- Incentivo à circulação dos recursos no pequeno comércio e nos serviços locais.
- Fortalecimento da economia popular, solidária e comunitária.
- Prioridade para regiões de maior vulnerabilidade econômica e social.
- Integração das moedas sociais com políticas de assistência, emprego, qualificação e desenvolvimento econômico.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, UNIVERSIDADES E INOVAÇÃO

- Fortalecimento das universidades públicas estaduais e das instituições de pesquisa.
- Defesa de financiamento estável para ciência, tecnologia e inovação.
- Fortalecimento da Faperj e dos programas de bolsas, pesquisa e desenvolvimento científico.
- Ampliação da aproximação entre universidades, escolas técnicas, setor produtivo e políticas públicas.
- Apoio à criação de polos tecnológicos e ambientes de inovação fora das áreas já consolidadas.
- Incentivo à pesquisa aplicada aos grandes desafios do Rio de Janeiro.
- Utilização da ciência e da tecnologia como instrumentos de desenvolvimento econômico, geração de empregos e melhoria dos serviços públicos.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

- Construção de uma estratégia estadual de desenvolvimento econômico de longo prazo, com metas e prioridades territoriais.
- Superação da concentração excessiva de empregos, investimentos e oportunidades na capital e em poucos municípios.
- Tratamento diferenciado para grandes cidades periféricas da Região Metropolitana, como São Gonçalo, que possuem enorme população sem oferta proporcional de empregos.
- Enfrentamento da migração pendular, criando condições para que mais pessoas trabalhem e desenvolvam suas vidas próximo de onde moram.
- Política ativa de atração de empresas, centros administrativos, serviços, indústrias e investimentos para regiões com déficit de oportunidades.
- Utilização estratégica dos incentivos estaduais, vinculando benefícios fiscais à geração de emprego, investimento e desenvolvimento territorial.
- Fortalecimento e diversificação da indústria fluminense.
- Incentivo à economia criativa, tecnologia, inovação, pesquisa e novos setores econômicos.
- Expansão da formação técnica e profissional de acordo com as vocações de cada região.
- Melhor aproveitamento do potencial econômico da Baía de Guanabara, do Leste Metropolitano e das demais regiões do estado.
- Integração do desenvolvimento econômico com mobilidade, infraestrutura, educação e qualidade de vida.

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

- Retomada de uma política permanente de reajuste e valorização do piso salarial regional do Estado do Rio de Janeiro.
- Atualização das faixas do piso de maneira compatível com o custo de vida e com a recuperação do poder de compra dos trabalhadores.
- Defesa do emprego formal, dos direitos trabalhistas e da melhoria da renda.
- Políticas estaduais de geração de emprego, qualificação e requalificação profissional.
- Utilização de incentivos econômicos vinculados à criação de empregos de qualidade e à valorização dos trabalhadores.
- Combate à precarização do trabalho e às relações laborais abusivas.



MULHERES

- Fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio.
- Ampliação dos equipamentos de acolhimento, proteção e atendimento às mulheres vítimas de violência.
- Integração entre segurança, saúde, assistência social e Justiça na proteção às mulheres.
- Ampliação das políticas de autonomia econômica, emprego e qualificação profissional.
- Atenção especial às mães solo e às mulheres responsáveis pelo sustento familiar.
- Fortalecimento das políticas de saúde da mulher.
- Promoção da igualdade de oportunidades e combate às diferentes formas de discriminação e violência de gênero.

JUVENTUDE

- Ampliação das políticas de primeiro emprego, estágio, aprendizagem e qualificação profissional.
- Aproximação entre escola, formação profissional e oportunidades concretas de trabalho.
- Ampliação do acesso dos jovens à cultura, esporte, tecnologia e lazer.
- Fortalecimento das políticas de permanência estudantil e acesso ao ensino técnico e superior.
- Prioridade para ações de prevenção à violência e criação de oportunidades nos territórios mais vulneráveis.
- Apoio ao empreendedorismo juvenil e à economia criativa.
- Maior participação dos jovens na construção das políticas públicas estaduais.

CULTURA & ECONOMIA CRIATIVA

- Valorização da cultura como direito, instrumento de identidade e vetor de desenvolvimento econômico.
- Descentralização dos investimentos culturais, garantindo que recursos cheguem à periferia, à Região Metropolitana, ao interior e às diferentes regiões do estado.
- Fortalecimento dos trabalhadores, produtores e espaços culturais.
- Valorização das manifestações populares e tradicionais do Rio de Janeiro.
- Apoio às culturas periféricas e à produção artística independente.
- Incentivo às cadeias da música, audiovisual, teatro, dança, literatura, artes visuais, carnaval e demais segmentos da economia criativa.
- Preservação do patrimônio histórico e cultural fluminense.

ESPORTE & LAZER

- Ampliação dos programas estaduais de esporte de base.
- Apoio a projetos esportivos voltados a crianças e jovens, especialmente nas áreas mais vulneráveis.
- Recuperação, manutenção e democratização do acesso aos equipamentos esportivos públicos.
- Incentivo ao esporte como instrumento de saúde, convivência e prevenção à violência.
- Apoio ao esporte paralímpico e às políticas de inclusão.
- Valorização dos profissionais e das organizações que desenvolvem projetos esportivos comunitários.
- Promoção de políticas públicas de lazer e ocupação dos espaços públicos.

DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE & COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

- Defesa intransigente da dignidade humana e da igualdade de direitos.
- Combate ao racismo e fortalecimento das políticas de igualdade racial.
- Enfrentamento à intolerância religiosa e garantia da liberdade de crença e de culto.
- Proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.
- Combate à violência e à discriminação contra a população LGBTQIA+.
- Fortalecimento das políticas de direitos humanos e da proteção a grupos vulneráveis.
- Promoção de uma cultura de respeito à diversidade e de enfrentamento a todas as formas de preconceito.
- Defesa dos direitos da população idosa e de políticas de envelhecimento digno.

MEIO AMBIENTE & SUSTENTABILIDADE

- Construção de um modelo de desenvolvimento que combine crescimento econômico, geração de emprego e responsabilidade ambiental.
- Proteção da Mata Atlântica, das unidades de conservação, rios, lagoas, manguezais e demais ecossistemas fluminenses.
- Recuperação ambiental da Baía de Guanabara como prioridade estratégica do estado.
- Ampliação dos investimentos em saneamento, tratamento de esgoto e recuperação de rios e canais.
- Incentivo à energia limpa, eficiência energética e modernização ambiental das atividades produtivas.
- Política permanente de prevenção a enchentes, deslizamentos e eventos climáticos extremos.
- Apoio aos municípios para obras de drenagem, contenção de encostas e adaptação às mudanças climáticas.
- Ampliação da coleta seletiva, reciclagem e economia circular, com valorização dos catadores.
- Estímulo a uma transição ecológica capaz de criar novos empregos e oportunidades econômicas.
- Defesa da justiça ambiental, reconhecendo que a população mais pobre é também a mais atingida pela falta de saneamento, pelas enchentes e pela degradação ambiental.

SANEAMENTO

- Defesa da universalização do acesso à água potável, coleta e tratamento de esgoto.
- Fiscalização do cumprimento das metas e obrigações assumidas pelas concessionárias.
- Prioridade para bairros populares e regiões historicamente excluídas da infraestrutura de saneamento.
- Recuperação e despoluição de rios, canais, lagoas e da Baía de Guanabara.
- Integração das políticas de saneamento com saúde pública, meio ambiente e desenvolvimento urbano.
- Defesa do interesse público e da qualidade dos serviços prestados à população.

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

- Fortalecimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais do estado.
- Ampliação da assistência técnica, acesso ao crédito e apoio à comercialização.
- Estímulo à aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo poder público.
- Fortalecimento das feiras, circuitos curtos de comercialização e produção local.
- Integração entre produção agrícola, segurança alimentar e combate à fome.
- Incentivo à produção sustentável e à permanência das famílias no campo.

TURISMO

- Desenvolvimento do turismo como política de geração de emprego, renda e desenvolvimento regional.
- Diversificação dos destinos turísticos para além dos roteiros tradicionais.
- Fortalecimento do turismo cultural, histórico, ambiental, religioso, rural e de eventos.
- Apoio à qualificação profissional e à infraestrutura dos municípios com potencial turístico.
- Integração entre turismo, cultura, gastronomia, economia criativa e desenvolvimento local.
- Promoção do estado do Rio de Janeiro de forma integrada, valorizando suas diferentes regiões.

DEPUTADO ESTADUAL

ISAAC
RICALDE

65131

O ESTADUAL DO LULA

PROTEÇÃO ANIMAL

- Fortalecimento das políticas públicas de proteção e bem-estar animal.
- Apoio aos municípios na ampliação da castração e do atendimento veterinário.
- Combate aos maus-tratos e ao abandono de animais.
- Incentivo à adoção responsável e às ações educativas.
- Apoio às organizações e protetores independentes que atuam na defesa animal.
- Integração das políticas de proteção animal com saúde pública e controle de zoonoses.

DEFESA DO CONSUMIDOR

- Fortalecimento dos órgãos públicos de proteção e defesa do consumidor.
- Ampliação da fiscalização de serviços essenciais e concessionárias.
- Defesa dos usuários de energia, água, transporte, telefonia e outros serviços públicos e privados.
- Transparência nas tarifas e combate a cobranças abusivas.
- Proteção especial aos consumidores mais vulneráveis.
- Ampliação do acesso da população à informação e aos mecanismos de defesa de seus direitos.

POLÍTICA PARA A POPULAÇÃO IDOSA

- Fortalecimento das políticas de proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa.
- Ampliação da rede de atendimento em saúde, assistência social e prevenção à violência.
- Estímulo a políticas de envelhecimento ativo, convivência, cultura, esporte e lazer.
- Combate ao abandono, à violência patrimonial e aos diferentes tipos de abuso.
- Melhoria da acessibilidade urbana e do transporte público.
- Apoio às famílias responsáveis pelo cuidado de idosos dependentes.

TRANSPARÊNCIA, COMBATE À CORRUPÇÃO E QUALIDADE DO ESTADO

- Ampliação da transparência sobre contratos, gastos, obras, terceirizações e políticas públicas.
- Fiscalização rigorosa dos recursos estaduais e combate aos esquemas de corrupção e desperdício.
- Fortalecimento dos órgãos de controle e das estruturas de auditoria.
- Transparência especial nos contratos com organizações sociais, concessionárias e empresas terceirizadas.
- Fortalecimento da participação popular e do controle social sobre as decisões do Estado.
- Avaliação permanente dos resultados das políticas públicas e dos serviços prestados.
- Digitalização e simplificação dos serviços públicos, sem excluir quem tem dificuldade de acesso à tecnologia.
- Defesa de um Estado eficiente para prestar melhores serviços, sem utilizar a eficiência como justificativa para retirada de direitos ou privatização indiscriminada.

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES TERRITORIAIS E FORTALECIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA

- Distribuição mais equilibrada dos equipamentos estaduais de saúde, educação, cultura, segurança e serviços públicos.
- Prioridade para municípios populosos que historicamente recebem menos investimentos do que sua dimensão social e econômica exige.
- Reconhecimento de São Gonçalo e de outros grandes municípios metropolitanos como polos de desenvolvimento, e não apenas cidades-dormitório.
- Planejamento integrado entre Estado e municípios para enfrentar problemas que ultrapassam as fronteiras municipais.
- Desenvolvimento de novas centralidades econômicas, administrativas e de serviços na Região Metropolitana.
- Redução da necessidade de deslocamentos diários de longa distância por emprego, educação, saúde e serviços públicos.
- Combate à concentração de investimentos públicos na capital e em poucas regiões do estado.

